

PARECER ATUARIAL

PLANO ANUAL DE CUSTEIO 2026

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE MINAS
GERAIS – PREVCOM-MG

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVPLAN

Ref.: DOCUMENTO DESTINADO À APROVAÇÃO DO
PLANO ANUAL DE CUSTEIO A VIGER EM 2026.

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	2
2	ASPECTOS REGULAMENTARES	3
3	SÍNTESE DA AVALIAÇÃO ATUARIAL	4
4	PLANO DE CUSTEIO VIGENTE EM 2025	6
5	PLANO DE CUSTEIO PROPOSTO PARA 2026	7
5.1	CUSTEIO PREVIDENCIÁRIO PROPOSTO	8
5.2	CUSTEIO ADMINISTRATIVO	9
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	10

1 INTRODUÇÃO

O presente Parecer Atuarial tem como finalidade, observados os procedimentos necessários ao encerramento do exercício de 2025, apresentar proposta para o Plano Anual de Custeio de 2026 relativo ao **PLANO DE BENEFÍCIOS PREVPLAN (CNPB 2015.0004-29)**, administrado pela **FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PREVCOM-MG**.

O referido Plano Anual de Custeio deve ser aprovado pelo Conselho Deliberativo, em observância ao Art. 35 do Regulamento do Plano de Benefícios.

Importante, porém, frisar que, haja vista a modalidade do referido plano de benefícios, estruturado em Contribuição Definida, por não haver benefícios em regime mutualista, o custeio não é determinado por meio de técnicas atuariais. Ao contrário, o nível contributivo é opção dos participantes, tendo em conta as disposições regulamentares, limites e indicadores constantes do referido Plano Anual de Custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Destaca-se ainda que, adicionalmente, conforme disposições do Art.7 da Resolução CNPC nº 62, de 9 de dezembro de 2024, o Conselho Deliberativo da entidade, deve aprovar o regulamento do plano de gestão administrativa que contenha as fontes de custeio administrativo, a forma de constituição dos fundos administrativos nele registrados, a autorização para a destinação e utilização dos fundos administrativos em situações específicas.

Assim, o presente parecer tem como finalidade secundária apresentar considerações acerca do custeio administrativo a vigor em 2026.

Para atender seus objetivos, o presente parecer contém 6 capítulos, sendo este a introdução, seguido do capítulo 2 destinado aos aspectos regulamentares. O capítulo 3 apresenta uma breve síntese dos resultados apurados na avaliação atuarial, enquanto o capítulo 4 é destinado à demonstração do Plano Anual de Custeio vigente. O capítulo 5, por sua vez, apresenta uma proposta ao custeio a vigor em 2026, enquanto o último capítulo é destinado às considerações finais.

2 ASPECTOS REGULAMENTARES

Conforme mencionado, por se tratar de plano de benefícios estruturado na modalidade de Contribuição Definida, sem benefícios em regime mutualista, o custeio não é determinado atuarialmente.

As fontes de recursos são definidas em Plano Anual de Custeio – obedecidas as regras e limitações definidas no Regulamento – a ser aprovado pelo Conselho Deliberativo, conforme segue:

*Art. 35. O Plano PREVPLAN será custeado de acordo com o Plano Anual de Custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo da PREVCOM-MG, **obedecidas as regras e limitações definidas neste Regulamento.***

Art. 36. O PREVPLAN será custeado pelas seguintes fontes de receita:

*I - CONTRIBUIÇÃO NORMAL DE PARTICIPANTE: de caráter obrigatório, vertida mensalmente pelos Participantes Normais, Participantes Facultativos e Participantes Autopatrocínados, **em função de um percentual escolhido por estes Participantes**, aplicável sobre os respectivos Salários de Participação, observado o percentual mínimo definido de acordo com o Plano Anual de Custeio;*

II - CONTRIBUIÇÃO ESPORÁDICA: de caráter eventual, vertida pelos Participantes Normais, Participantes Facultativos e Participantes Autopatrocínados, sem a contrapartida do Patrocinador e sem a incidência de taxa de carregamento;

*III – CONTRIBUIÇÃO DE RISCO: de caráter obrigatório para os Participantes Normais, Participantes Facultativos, Participantes Autopatrocínados e Assistidos que optarem pela contrapartida do Patrocinador, de acordo com valores obtidos da tabela informada pela seguradora, em função da idade atual do Participante e o **Capital Segurado escolhido pelo mesmo**;*

*IV – CONTRIBUIÇÃO NORMAL DE PATROCINADOR: apurada pela aplicação do **mesmo percentual escolhido pelos Participantes Normais**, nos termos do inciso I deste artigo, sobre os respectivos Salários de Participação a ele vinculados, de acordo com o Plano Anual de Custeio, **até o limite estabelecido neste Regulamento**;*

V – CONTRIBUIÇÃO ADMINISTRATIVA: devida pelos Participantes Normais, Participantes Facultativos, Participantes Autopatrocinados, Participantes Vinculados, Assistidos e Patrocinadores, apurada pela aplicação de um percentual sobre os respectivos Salários de Participação, ou sobre a respectivas contribuições, ou sobre os respectivos benefícios, ou sobre o respectivo montante acumulado pelo Participante, conforme o caso, destinada a custear as Despesas Administrativas, de acordo com o Plano Anual de Custeio;

VI - rendimentos das aplicações das contribuições a que se referem os incisos I a V deste artigo;
e

VII - doações, legados e outras rendas não previstas nos incisos anteriores, desde que admitidos pela legislação aplicável, cuja destinação será o Fundo de Destinação de Excedentes.

(original sem grifo)

Do texto regulamentar transcrito, em especial do inciso I do Art. 36, se observa que, afóra a definição do percentual contributivo ser de prerrogativa do participante, cabe ao Conselho Deliberativo, em Plano Anual de Custeio, definir percentual mínimo a incidir sobre o salário de participação.

Assim, diante das determinações regulamentares, o custeio proposto para o exercício de 2026 será apresentado no capítulo 5 do presente documento, enquanto deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo o Plano Anual de Custeio, em atendimento às disposições regulamentares supratranscritas.

3 SÍNTESE DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Conforme demonstrado em Relatório de Avaliação Atuarial, foi observado o equilíbrio técnico do plano, confrontando-se as provisões matemáticas calculadas a partir dos dados cadastrais disponibilizados pela Entidade e o patrimônio de cobertura do plano apurado contabilmente.

Pela análise das demonstrações contábeis das provisões matemáticas, foi possível detectar um crescimento substancial do Patrimônio de Cobertura do Plano, que partiu de R\$ 144 milhões no encerramento do exercício de 2023 para R\$ 231 milhões em 31/12/2024, o que representa 60% de

crescimento, e para R\$ 345 milhões ao final de 2025, sendo apurado um crescimento de 49% no exercício. Nesse exercício, o Fundo Previdencial evoluiu 65%, enquanto o Fundo Administrativo evoluiu 69%.

Tabela 1 - Síntese - Provisões Matemáticas e Fundos

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Patrimônio Social	R\$ 150.278.812,35	R\$ 239.861.261,40	R\$ 360.568.247,43
Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 143.927.353,09	R\$ 230.970.512,60	R\$ 345.559.802,12
Provisões Matemáticas	R\$ 143.927.353,09	R\$ 230.970.512,60	R\$ 345.559.802,12
Benefícios Concedidos	R\$ 1.934.990,07	R\$ 6.864.029,04	R\$ 6.324.119,67
Contribuição Definida	R\$ 1.934.990,07	R\$ 6.864.029,04	R\$ 6.324.119,67
Saldo de Contas dos Assistidos	R\$ 1.934.990,07	R\$ 6.864.029,04	R\$ 6.324.119,67
Benefícios a Conceder	R\$ 141.992.363,02	R\$ 224.106.483,56	R\$ 339.235.682,45
Contribuição Definida	R\$ 141.992.363,02	R\$ 224.106.483,56	R\$ 339.235.682,45
Saldo – Patrocinadores	R\$ 68.504.586,06	R\$ 107.127.932,70	R\$ 162.413.010,44
Saldo – Participantes	R\$ 72.315.114,70	R\$ 112.503.812,36	R\$ 169.870.525,33
Saldo – Portabilidade de EFPC	R\$ 1.172.662,26	R\$ 4.474.738,50	R\$ 6.952.146,68
Saldo – Portabilidade de EAPC	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Equilíbrio Técnico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fundos	R\$ 6.351.459,26	R\$ 8.890.748,80	R\$ 15.008.445,31
Fundos Previdenciais	R\$ 417.357,57	R\$ 604.622,85	R\$ 995.848,55
Fundos Administrativos	R\$ 5.934.101,69	R\$ 8.286.125,95	R\$ 14.012.596,76

O crescimento do patrimônio se deve ao crescimento do número de participantes, bem como ao nível contributivo dos participantes e patrocinadores e à rentabilidade auferida.

Foi possível observar, por exemplo, que aproximadamente 85% dos participantes contribuem com percentuais iguais ou superiores a 7,5% dos seus respectivos salários de participação. Apurou-se uma contribuição média de R\$ 2.096 por mês, somando-se as contribuições dos participantes aos dos seus respectivos patrocinadores. Constatou-se ainda que apenas 12% dos participantes contribuem com o percentual mínimo vigente, de 3,5%.

Adicionalmente, apurou-se uma contribuição média aos benefícios de risco de R\$ 489, o que gera uma maior seguridade aos participantes que efetuaram tal opção. Essa contribuição colabora ainda para a sustentabilidade do programa administrativo, haja vista as fontes de custeio definidas. Observou-se também que aproximadamente 53% dos participantes ativos contribuem para coberturas adicionais de risco.

Destaca-se, por fim, trata-se de plano jovem, em que 98% do patrimônio de cobertura do plano é destinado ao lastro das provisões matemáticas de benefícios a conceder e que, estima-se, aproximadamente 88% dos participantes ativos aguardarão mais de 15 anos para se aposentar. Com isso, vislumbra-se um grande potencial de crescimento ao plano, mantidas as políticas vigentes.

4 PLANO DE CUSTEIO VIGENTE EM 2025

Observadas as disposições da Lei Complementar nº 132, de 7 de janeiro de 2014, as contribuições do patrocinador e do participante incidirão sobre a parcela da base de contribuição que exceder o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS de que trata o art. 201 da Constituição da República.

Ainda de acordo com a mesma Lei, a alíquota da contribuição do patrocinador será igual à do participante, observado o disposto no regulamento do plano de benefícios, e não poderá exceder o percentual de 7,5% (sete vírgula cinco por cento).

Já o Art. 36 do Regulamento do Plano de Benefícios estabelece que a Contribuição Normal do Participante, de caráter obrigatório, vertida mensalmente pelos Participantes Normais, Participantes Facultativos e Participantes Autopatrocinaados, se dará em função de um percentual escolhido por estes Participantes, e aplicável sobre os respectivos Salários de Participação, observado o percentual mínimo definido de acordo com o Plano Anual de Custeio.

Em consequência, o Plano de Custeio vigente em 2025 prevê o que segue:

Tabela 2 - Síntese - Plano de Custeio Vigente

Categoria	Tipo	Métrica	Base de Incidência
Participantes (Ativos, Facultativos, Autopatrocinaados)	Contribuição Normal	Percentual de Livre Escolha, sendo no mínimo de 3,5% e, no máximo, de 15%.	Salário de Participação
	Contribuição Esporádica	Valor de Livre Escolha	-
	Contribuição de Risco	Conforme tabela definida pela Seguradora	-
Patrocinadores	Contribuição Normal	Paritária ao Participante Ativo, limitada a 7,5%	Salário de Participação

Observadas as disposições regulamentares vigentes, entende-se por Salário de Participação:

- a) Para o Participante Normal, o equivalente ao excesso da base de contribuição, em relação ao limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS;
- b) Para o Participante Facultativo, mediante sua opção, qualquer valor limitado à sua Base de Contribuição, tendo como mínimo o valor correspondente a 10 (dez) UMPs vigentes no mês da competência;
- c) Para o Participante Autopatrocinado, o Salário de Participação em vigor na data da redução parcial ou perda total da remuneração; e
- d) Para o Participante Vinculado, o Salário de Participação em vigor na data da cessação do vínculo funcional com o Patrocinador.

Adicionalmente, conforme já mencionado, reza o Art. 36 do Regulamento do Plano de Benefícios que a Contribuição Normal do Participante, de caráter obrigatório, vertida mensalmente pelos Participantes Normais, Participantes Facultativos e Participantes Autopatrocinados, se dará em função de um percentual escolhido por estes Participantes, e aplicável sobre os respectivos Salários de Participação, observado o percentual mínimo definido de acordo com o Plano Anual de Custeio.

Observadas as práticas operacionais da Entidade, restou definido para 2025 a manutenção do percentual mínimo de 3,50% a ser aplicado sobre o salário de participação, haja vista os resultados que vêm sendo alcançados satisfatoriamente pela Entidade quanto ao crescimento do patrimônio e do número de participantes.

5 PLANO DE CUSTEIO PROPOSTO PARA 2026

Diante das atuais práticas da Entidade e observadas as disposições da Lei Complementar Nº 132, de 7 de janeiro de 2014 e do regulamento do Plano de Benefícios, tendo em conta ainda o crescimento que se tem observado no número de participantes e do patrimônio do plano de benefícios, **propõe-se para 2026 a manutenção do Plano de Custeio vigente em 2025, como segue:**

5.1 CUSTEIO PREVIDENCIÁRIO PROPOSTO

De forma geral, e tendo em conta a modalidade do plano de benefícios e suas disposições regulamentares vigentes, propõe-se o seguinte plano de custeio previdenciário em 2026:

Tabela 3 - Plano de Custeio Previdenciário Proposto

Categoria	Tipo	Métrica	Base de Incidência
Participantes (Ativos, Facultativos, Autopatrocinados)	Contribuição Normal	Percentual de Livre Escolha, sendo no mínimo de 3,5% e, no máximo, de 15%.	Salário de Participação
	Contribuição Esporádica	Valor de Livre Escolha	-
	Contribuição de Risco	Conforme tabela definida pela Seguradora	-
Patrocinadores	Contribuição Normal	Paritária ao Participante Ativo, limitada a 7,5%	Salário de Participação

Observadas as disposições regulamentares vigentes, entende-se por Salário de Participação:

- a) Para o Participante Normal, o equivalente ao excesso da base de contribuição, em relação ao limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS;
- b) Para o Participante Facultativo, mediante sua opção, qualquer valor limitado à sua Base de Contribuição, tendo como mínimo o valor correspondente a 10 (dez) UMPs vigentes no mês da competência;
- c) Para o Participante Autopatrocinado, o Salário de Participação em vigor na data da redução parcial ou perda total da remuneração; e
- d) Para o Participante Vinculado, o Salário de Participação em vigor na data da cessação do vínculo funcional com o Patrocinador.

Adicionalmente, conforme já mencionado, reza o Art. 36 do Regulamento do Plano de Benefícios que a Contribuição Normal do Participante, de caráter obrigatório, vertida mensalmente pelos Participantes Normais, Participantes Facultativos e Participantes Autopatrocinados, se dará em função de um percentual escolhido por estes Participantes, e aplicável sobre os respectivos Salários de Participação, observado o percentual mínimo definido de acordo com o Plano Anual de Custeio.

Entende-se, assim, como oportuno, e observadas as práticas operacionais da Entidade, manter para 2026 o percentual mínimo de 3,50% a ser aplicado sobre o salário de participação, haja vista os resultados que vêm sendo alcançados satisfatoriamente pela Entidade quanto ao crescimento do patrimônio e do número de participantes.

5.2 CUSTEIO ADMINISTRATIVO

A título de informação, quando do encerramento do exercício verificou-se o crescimento do Fundo Administrativo, que partiu de R\$ 8.286.125,95, em 31/12/2024, para R\$ 14.012.596,76, em 31/12/2025, o que demonstra um crescimento substancial do saldo acumulado.

Adicionalmente, conforme requer os normativos vigentes, em especial a Resolução CNPC nº 62, de 9 de dezembro de 2024, foram elaborados estudos em agosto de 2025 para a avaliação do programa administrativo da entidade, cujos resultados foram disponibilizados em parecer técnico específico, o que ensejou a deliberação, pelo Conselho Deliberativo, pela redução da taxa de carregamento de 7%, vigente até então, para 6%.

Diante daqueles resultados apresentados, mostra-se oportuna a manutenção, para 2026, da taxa de carregamento de 6% a incidir sobre as contribuições normais destinadas ao plano de benefícios.

Por oportuno, se deve destacar ainda a importância de se manter a realização periódica de estudos similares para avaliar a solvência e a sustentabilidade do programa administrativo, visando a adequação do custeio, se observada a necessidade.

Adicionalmente, diante do crescimento do patrimônio de cobertura do plano, se pode avaliar futuramente a alternativa de se iniciar um processo de migração do custeio administrativo baseado em taxa de carregamento para outro baseado, também, em taxa de administração, conforme práticas que se tem observado dentre as entidades previdenciárias.

Por fim, observada a imaterialidade da arrecadação e os custos operacionais atrelados, podem ser mantidos nulos os percentuais das contribuições administrativas de assistidos, participantes vinculados e participantes cancelados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mencionado, o presente documento teve como objetivo apresentar o Plano Anual de Custeio a vigor em 2026, sendo necessário, para tanto, a apreciação e a aprovação pelo Conselho Deliberativo da Entidade das taxas e critérios que deverão ser observados ao longo do exercício.

Reitera-se ainda que, haja vista a modalidade do plano de benefícios, estruturado em Contribuição Definida, por não haver benefícios em regime mutualista, o custeio não é determinado por meio de técnicas atuariais. Ao contrário, o nível contributivo é opção dos participantes, tendo em conta as disposições regulamentares, limites e indicadores constantes do Plano Anual de Custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Importante ressaltar também que, quanto ao custeio administrativo, parte-se do orçamento elaborado e já aprovado pela Entidade, o qual não foi objeto de auditoria por parte desta consultoria, bem como de estudos específicos que são realizados periodicamente para a avaliação da sustentabilidade do Plano de Gestão Administrativa (PGA).

Por fim, e diante das análises e considerações efetuadas, são remetidas as considerações constantes do presente documento para apreciação do Conselho Deliberativo da **FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PREVCOM-MG**, visando a aprovação de Plano Anual de Custeio a vigor em 2026.

Belo Horizonte, 29 de janeiro de 2026.



Rafael Porto de Almeida
Atuário MIBA nº 1.738